

O TRABALHO COMO PRÁXIS ORIGINÁRIA NA ALIENAÇÃO E PARA A EMANCIPAÇÃO SEGUNDO KARL MARX

THE WORK AS PRACTICES ORIGINATING IN THE ALIENATION AND FOR THE EMANCIPATION ACCORDING TO KARL MARX

Leonardo EnvallDiekmann¹

Resumo: Não obstante a gama de polêmicas, deformações e interpretações de que tem sido objeto a obra teórica de Karl Marx, é sempre possível retornar a ela mesma para descobrir suas potencialidades e limitações. O que se pretende aqui é justamente recorrer à própria obra de Marx, mais precisamente ao Terceiro Manuscrito Econômico-Filosófico, para compreender, com o auxílio de um corpo referencial de apoio puramente indicativo, o significado do trabalho enquanto categoria filosófica fundamental da teoria marxiana e suas mais elementares configurações na alienação e para a emancipação do sujeito.

Palavras-chave: Alienação. Emancipação. Sociedade. Sujeito. Trabalho.

Abstract: In spite of the range of controversies, deformations and interpretations that the theoretical work of Karl Marx has been object to, it is always possible to return to itself to discover its potentialities and limitations. What is intended here is precisely to refer to Marx's own work, more precisely to the Third Economic-Philosophical Manuscript, in order to understand, with the aid of a purely indicative support body, the meaning of work as a fundamental philosophical category of Marxian theory and its most elementary configurations in alienation and for the emancipation of the subject.

Keywords: Alienation. Emancipation. Society. Subject. Work.

INTRODUÇÃO

A produção teórica de Karl Marx² tem sido, desde os primeiros momentos de sua formulação, interpretada, comentada, criticada e aplicada segundo os mais diversos

¹Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier - IFIBE; Pós-graduando em Filosofia e graduando em Teologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Email: diekleo@hotmail.com

²Karl Marx nasceu aos 5 de maio de 1818, em Treves, capital da província alemã do Reno, filho do advogado e conselheiro de justiça Hirschel Marx e de Enriqueta Pressburg, descendente de tradicional família judia, que contudo não exercia influência religiosa sobre o filho. Iniciou os estudos em Direito na Universidade de Bonn sem muito interesse e somente completou o curso, por vontade paterna, posteriormente, na universidade de Berlim, onde, afastando-se da área jurídica por causa da apaixonada descoberta da História e da Filosofia, receberia a densa influência hegeliana que marcaria, pela adesão e pela crítica, seus trabalhos futuros. Provavelmente foi também em Berlim que teve contato com o socialismo vindo da França, e que determinaria irreversivelmente suas convicções. Doutorou-se em Filosofia em 1841, e em 1843 casou-se com Jenny von Westphalen, com quem teve quatro filhos, três

pontos de vista e objetivos, nem sempre com a honestidade intelectual que se desejaria de pretensos seguidores de uma teoria. O que se almeja aqui é empreender um estudo do pensamento de Karl Marx pelo contato direto com seus escritos, especificamente os *Manuscrito Econômico-Filosóficos*³ (cf. MARX, 1978, p. 1-48), obra representativa da primeira fase de produção do pensador, por um viés antropológico e filosófico. Antes de mais, impõe-se reconhecer o caráter sumário e principiante da abordagem do conteúdo, bem como o enfoque filosófico da pesquisa, ainda que necessariamente toque em questões econômicas e políticas.

Posto isso, pretende-se localizar o conteúdo filosófico da obra inicial de Karl Marx no quadro do último período da filosofia moderna e seus objetivos como filosofia da práxis⁴ para a influência concreta na sociedade da qual emergiu e para a qual se dirigiu. Considera-se aplicada para a própria obra a convocação posta por Marx ao trabalho filosófico nas famosas Teses Contra Feuerbach⁵: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” (MARX, 1978, p. 53).

CONTEXTUALIZAÇÃO PANORÂMICA DO PENSAMENTO DE KARL MARX

São, pois, bem conhecidas da maior parte das pessoas as profundas transformações provocadas no mundo ocidental pela Revolução Industrial, que começou na Inglaterra no século XVIII e rapidamente se espalhou entre as nações mais ricas e

deles vindo a falecer ainda na infância. Tendo residido em diversos lugares da Europa, morreu em Londres aos 14 de março de 1883. Sua vastíssima e muito densa produção teórica, com a importante participação de Friedrich Engels (1820-1895), colocou as bases para a posterior afirmação da Economia como ciência. Formulou a mais completa crítica do capitalismo, dando a forma teórica de sua superação pela implantação do comunismo. A maior e mais importante obra de Karl Marx são os três volumes de *O Capital*, dos quais apenas o primeiro pôde ser publicado em vida do autor (MARX, 2004, p. 6-22).

³ Embora escritos ainda na juventude de Marx, em 1844, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* só vieram a ser publicados muito depois de sua morte, em 1932, em Berlim.

⁴ O homem enquanto práxis só existe inserido num contexto, numa conexão de coisas naturais, pessoas, produtos da intervenção do homem no mundo, instituições, etc. O homem é neste sentido fundamentalmente ser-no-mundo, sua vida é marcada por uma mundaneidade originária (OLIVEIRA, 1995, p. 62).

⁵ Ludwig Feuerbach (1804-1872), [...] foi um filósofo alemão, o primeiro dos jovens hegelianos a tentar seriamente subverter a filosofia hegeliana, na qual reconhece a consumação da filosofia moderna, transformando-a numa filosofia radicalmente nova tomada sob um novo prisma, capaz de corresponder as exigências de um novo período da história dos homens. [...] Feuerbach empreende converter a teologia em antropologia sem deixar resíduos, mostrar que não há verdade da religião a não ser pela conversão integral, consciente e voluntária de sua esfera na da filosofia e da política. Fazendo do objeto da filosofia ‘o mais real dos seres’ e não ‘uma essência abstrata’, substituindo a espírito pelo homem real e total (HUISMAN, 2001, p. 369).

poderosas. Praticamente na mesma época, o sistema do pensamento hegeliano se havia imposto hegemonicamente no ambiente intelectual da Europa. No entanto, enquanto Hegel⁶ (1770-1831) explicava o mundo como determinação dialeticamente regida do Espírito Absoluto da Razão, o novo sistema econômico crescia e açambarcava as riquezas, depositando-as ao colo dos industriais, criando um abismo entre o desenvolvimento econômico dos empresários e Estados e a aterradora miséria dos trabalhadores. Ora, quando o capitalismo se afirmou como modelo econômico, tanto a sociedade em geral, como os ambientes acadêmicos, já estava desacreditada do “Espírito do mundo” segundo a concepção hegeliana e fazia-se sentir a urgência de recolocar no centro da existência social a experiência e a ação do ser humano.

É por essa urgência sentida na academia, mas também no ideário coletivo da sociedade industrial, que aparece a teoria de Karl Marx, na qual se nota a tentativa de reposição do homem concreto com sua ação determinada como agente real da história. Marx não considera a realidade sob a égide da Ideia, do Espírito, ao modo do idealismo alemão, pois que para ele o que mais radicalmente determina a existência é o homem com seus atos e seus fins. É o próprio Marx quem explica em que medida há relação entre seu método dialético e o de Hegel:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (*apud* NETTO, 2011, p. 21).

É nesse sentido que a filosofia marxiana é denominada materialismo histórico dialético e filosofia da práxis (cf. MANCE, 1994). O mundo é compreendido como o conjunto da totalidade dos processos da ação concreta do homem, da sua práxis, produtora de tudo mais que existe abstratamente no âmbito humano da realidade, encerrada no desenvolvimento histórico e nos modos de produção e consumo segundo o

⁶Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), e o filósofo das trajetórias complexas e contrastantes, em circuito quase fechado, Partindo da Württemberg natal e da filosofia kantiana, percorreu um itinerário difícil - tanto geográfico quanto intelectual - por terras germânicas, para deter-se finalmente em Berlim e no sistema do idealismo especulativo. Elevou assim a filosofia clássica a uma espécie de ponto culminante, criando para isso os notáveis instrumentos de pensamento que, dela separados mais tarde, na passagem para outras mãos, deveriam servir paradoxalmente para provocar o seu declínio. O mais idealista e mais especulativo dos pensadores e também inspirador e teórico de uma maneira de pensar singularmente ousada e inovadora, a dialética (HUISMAN, 2001, p. 465).

qual os homens vivem e sobrevivem. A maneira de a sociedade prover-se materialmente não é, segundo Marx, apenas um dentre outros aspectos sociais importantes na mesma medida, mas sim aquele mais fundamental do qual todos dependem e pelo qual todos se definem. Em grande medida pode-se considerar que a produção teórica marxiana é ‘análise de conjuntura’, e só por esse meio se constrói o que é caracteristicamente da teoria de Marx (cf. NETTO, 2011).

O CONCEITO DE TRABALHO

No esforço de entender a articulação interna e constitutiva da sociedade burguesa, Marx descobrirá que no fundamento de todo o sistema econômico industrial está o modo de produção por meio do qual os indivíduos concretos que constituem a sociedade aplicam suas forças para prover-se materialmente, pois que, segundo Marx, anteriormente a qualquer outra faculdade que o homem venha a desempenhar, apresenta-se-lhe a necessidade de suprir o carecimento vital, do qual, aliás, também os animais padecem, de modo que a produção material condiciona e determina radicalmente o movimento de autoprodução do homem (cf. MANCINI, 1994, p. 35-37).

Mas, se todo ser vivo tem necessidades materiais as quais a natureza lhe dá condições de suprir, por que no homem o objeto de tal necessidade precisa ser “produzido” pela aplicação de suas capacidades? Hegel já havia mostrado essa particularidade humana ao explicar que, se os seres brutos (os animais) atendem às próprias necessidades materiais pela satisfação imediata do desejo, ou seja, consumindo o alimento, por exemplo, na forma que o encontram na natureza, o ser humano o faz mediatamente, refinando o objeto de necessidade pela sua transformação antes do consumo (cf. MANCINI, 1994, p. 37). Marx dirá então que essa atividade de transformação da natureza para satisfação do desejo é o constitutivo essencial do homem, pelo qual somente ele pode vir a produzir-se como humano, obtendo o objeto de sua necessidade mas também de seu gozo exclusivamente humano. O trabalho configura-se, assim, como essa capacidade exclusiva do homem e intrínseca a ele. Dir-se-ia que pelo trabalho o homem humaniza a necessidade material, e que só pelo trabalho pode vir a humanizar a si mesmo enquanto é ser de necessidade. É por essa atividade que o homem torna-se sujeito da criação de si mesmo, e mais, torna-se

objetivado, exteriorizado para si mesmo pelo produto de sua atividade. Note-se que as tradicionais categorias epistemológicas – sujeito e objeto – em Marx tornam-se, antes de tudo, categorias da práxis.

Se, por um lado, em primeira instância o trabalho é práxis do indivíduo por excelência, o trabalho não só torna o sujeito objetivo para si mesmo como também o exterioriza para o outro que tem necessidade do produto de seu trabalho. As forças essenciais de cada sujeito só são em parte cultivadas e em parte criadas pela objetivação da essência de outros indivíduos, que para o sujeito se tornam objeto social e objetivação da essência humana. Se pelo trabalho o homem produz a si mesmo enquanto humano, produz também a sociedade toda na medida em que o produto de seu trabalho está também diante do outro como objeto e como sujeito objetivado (MARX, 1978, p. 4). Ainda mais, o homem produz-se enquanto sujeito, mas só o pode fazer dentro da sociedade e segundo os limites das determinações históricas, no onde e no quando ele aparece. Pelo trabalho, a sociedade cria o ambiente humano transformando o ambiente da natureza. É, pois, dessa maneira que o homem descobre-se inevitavelmente como ser social:

[...] assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu modo de existência, como em seu conteúdo; atividade social e gozo social. A essência humana da natureza não existe senão para o homem social, pois apenas assim existe para ele como vínculo com o homem, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana (MARX, 1978, p. 9).

Qualquer outra faculdade humana que se queira atribuir como característica do homem passa por essa noção, e realmente Marx aborda essa questão e partirá dela na crítica à configuração do trabalho na sociedade industrial. É evidente que o ser humano tem outras necessidades, não materiais, e que percebe de maneira distinta que o resto da natureza, inclusive os objetos de seus desejos materiais, mas todo objeto de gozo do homem é produto de um trabalho que o põe em contato com a matéria e com a sociedade. Assim, todo aspecto cultural é considerado posterior à práxis originária do trabalho e sua existência depende, antes de tudo, de que a necessidade material do homem possa estar humanamente suprida.

TRABALHO ALIENADO E TRABALHO EMANCIPADOR

Desde os primórdios a ciência econômica, surgida com a superação do feudalismo e a configuração da sociedade baseada na atividade comercial e na circulação do dinheiro, reconhecia que a fonte da riqueza era o trabalho do homem. Essa compreensão passou por muitos desenvolvimentos durante as mudanças sociais da Modernidade até o advento do sistema de produção industrial, quando se efetivou sobremaneira que a essência da riqueza e da propriedade é o trabalho, e, portanto, o próprio homem. Tornou-se, então, possível a implantação de um sistema em que a propriedade privada domina o homem e torna-se um poder histórico mundial. A primeira frase dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* assinala exatamente essa relação irrompível entre trabalho e propriedade: “A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho” (MARX, 1978, p. 3). Não obstante, o movimento de acumulação de riqueza nunca deu muita importância para esse aspecto, visto que os trabalhadores jamais foram ricos. Será essa aberrante contradição a suscitar o empenho de Marx em compreender o funcionamento do sistema capitalista, cujo fundamento é uma específica relação de trabalho.

Se o trabalho é a práxis fundamental pela qual o homem produz a si mesmo enquanto sujeito, é escandaloso que no capitalismo seja tirada do trabalhador essa possibilidade tão absolutamente básica. O capital, que é a riqueza cuja única finalidade é acumular-se e reproduzir-se, instala um sistema de produção no qual o operário vende sua força de trabalho (sua riqueza em essência subjetiva) pela obtenção de um denominador comum (dinheiro) de toda riqueza objetivada da qual carece (produto).

Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão do trabalho, é a propriedade privada como relação desenvolvida da contradição e por isso uma relação enérgica que tende para sua resolução (MARX, 1978, p. 6).

Ora, já é evidente que se toda a riqueza proveniente do trabalho do operário voltasse a ele, a acumulação de capital, e por óbvio o próprio sistema que nisso se baseia, não existiria. É nisso que consiste a alienação do trabalhador no capitalismo. “[...] o lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto,

pelo simples estranhamento de todos os seus sentidos, pelo sentido do ter” (MARX, 2004, p. 108). Como então essa alienação é possível e, pior, como se mantém? Marx enfatiza que somente pela propriedade privada dos meios de produção é que a exploração do trabalho se torna viável, porque o trabalhador tem necessidade da indústria para trabalhar, do mesmo modo que a sociedade tem necessidade dela para abastecer-se dos produtos do trabalho.

[...] a propriedade privada é apenas a expressão sensível de que o homem o torna simultaneamente objeto para si e simultaneamente se torna um objeto estranho e não humano, que sua externalização de vida é sua exteriorização de vida sua efetivação a negação da efetivação, uma efetividade estranha, assim a supressão positiva da propriedade privada [...] (MARX, 2004, p. 108).

O sistema capitalista erige-se em um ciclo ininterrupto que sustenta a si mesmo, resolvendo suas contradições internas pela automática movimentação das etapas simultâneas que o constituem nas três formas essenciais do capital: o meio de produção é aplicado para produzir mercadoria, que é vendida e transformada em dinheiro, que é de novo convertido em capital produtivo. Esse ciclo se retroalimenta na finalidade única de geração de lucro que só pode vir de um desequilíbrio, pois que a mais-valia, o excedente de riqueza produzido pelo trabalho, não pertence ao trabalhador, mas àquele que detém a propriedade do meio de produção.

Nesse ciclo desumanizado e automatizado o trabalho perdeu completamente a função humanizante, e o trabalhador torna-se um ‘não-sujeito’. “Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter” (MARX, 2004, p. 142). O homem encontra-se alienado porque não conhece a riqueza que somente o seu trabalho é capaz de produzir ao modificar a natureza, e é assim que está alienado do objeto de sua necessidade, do produto de seu trabalho, do trabalho como tal, e, por tudo isso, alienado de si mesmo enquanto sujeito.

[...] os indivíduos procuram apenas seu interesse particular, que para eles não coincide com seu interesse coletivo, já que a universalidade é apenas uma forma ilusória de coletividade. Esse interesse é apresentado como um interesse que lhe é estranho, independe deles e ele próprio, por sua vez, um interesse universal, especial e particular, ou então eles devem movimentar-se nessa dualidade, como acontece na democracia (MARX *apud* CAIADO, 1998, p. 81).

Mas a circulação do capital mostrar-se-ia por demais limitada se se aplicasse apenas a objetos de necessidade naturais, destinados somente à manutenção do processo vital dos indivíduos. Por isso a indústria fez nascer ainda um outro mecanismo, no qual Marx vê a mais grave instância de desumanização do homem: ela criou uma sociedade de consumo que se move por desejos fictícios, antinaturais e inumanos, tornando o homem enquanto homem cada vez mais pobre, egoísta e inimigo do outro, ignorante de suas verdadeiras necessidades e incapaz de verdadeiramente supri-las de modo humano.

Inclusive subjetivamente isso se mostra, em parte, no fato de que o aumento da produção e das necessidades se converte no escravo engenhoso e sempre calculador de apetites desumanos, refinados, antinaturais e imaginários – a propriedade privada não sabe fazer da necessidade bruta necessidade humana (MARX, 1978, p. 16).

Marx vê aí a clara imagem do cafetão que lucra com a venda de um prazer iníquo (cf. MANCE, 1994, p. 40-41). Não só a classe trabalhadora oprimida é vítima dessa alienação dos sentidos, mas na mesma medida a classe dominante cujos sentidos e necessidades estão reféns desses apetites artificiais. Acrescente-se aí o fato de que o dinheiro, como mais alta abstração do valor da necessidade, do trabalho e do produto, torna-se a única medida da riqueza, embora em si mesmo não represente riqueza alguma, e o único objetivo da venda da força de trabalho, embora por si mesmo não possa suprir necessidade alguma. A propriedade privada aliada à necessidade do dinheiro deturpa de tal modo o sentido da vida do homem que nada mais que faça parte da sociedade capitalista e tenha importância para ela escapa dessa quantificação monetária. Marx conclui então qualquer outra dimensão da vida do homem no capitalismo, desde as mais materiais (a vida concreta) até as mais abstratas e espirituais (a consciência interior) – polarizadas nas formas da economia e da religião, mas abrangendo o direito, a moral, as formas de expressão artística e qualquer outro fenômeno considerado exclusivamente humano – estão inescapavelmente destituídos de sentido realmente humano (cf. MARX, 1978, p. 9). Ao mesmo tempo que a estrutura econômica cria e condiciona a superestrutura ideológica, é mantida e preservada por ela.

Essa análise de Marx, que se dirige sobretudo à sociedade industrial, ele aplicou também a outros corpos político-econômicos de outras épocas, e pôde construir a tese segundo a qual, desde que a propriedade privada foi instituída, toda a história se define pela luta de classes e em cada época há sempre um sistema formado por uma classe

dominante e uma classe trabalhadora oprimida que guarda a contradição que levará a um próximo passo de desenvolvimento históricodialético. O capitalismo, no entanto, possui um mecanismo de preservação de tal modo denso e estável que somente por meio de uma verdadeira revolução do proletariado a sociedade industrial poderia ser superada.

É mister, para fins de compreensão da história da Filosofia, que a obra de Marx é um momento importante para os objetivos emancipatórios da Idade Moderna. O ideal de esclarecimento e autonomia do homem frente a qualquer poder superior, que até então se havia formulado para garantir o progresso da ciência e, a partir dela, a dominação da natureza e a conquista da plena liberdade, encontra-se num horizonte crítico no século XVII, pois de fato a ciência e a técnica puderam progredir enormemente e dali por diante esse progresso assumiria um índice exponencial, mas a emancipação efetiva do sujeito real que é cada indivíduo humano foi frustrada ao formar-se a sociedade industrial, talvez o menos livre e mais desumano sistema econômico já vivenciado na história, justamente por ser de todos o mais cínico e contraditório (cf. MARX, 1978, p. 13).

O que Marx propõe então é que a emancipação não mais aconteça no âmbito do conhecimento, quando o sujeito epistemológico assumir as rédeas da realidade para ditá-la teoricamente, mas que o sujeito concreto que é cada pessoa, determinado pela história mas também determinante dela, assuma o controle do processo histórico-dialético por meio de uma práxis revolucionária e libertadora, pela qual venha a destruir o Estado burguês, a propriedade privada e, por conseguinte, qualquer diferença de classes (cf. MANCE, 1994, p. 35). A emancipação passa primeiro pela libertação social efetiva, para só depois produzir uma cultura emancipada na qual as faculdades humanas retornem a seu estado original, pois que para Marx é a materialidade da história que determina a configuração das ideias da sociedade.

Desse modo, hão de ser os próprios trabalhadores a produzir a nova sociedade livre. Para Marx isso significa bem mais do que a troca de uma classe dominante por outra. A revolução do proletariado aglutinaria um objetivo universal de instauração da verdadeira humanidade que só seria alcançada pela extinção absoluta da propriedade privada, posto que a socialização perfeita seria a forma essencial da humanidade. A superação da propriedade privada aparece como a definitiva apropriação da essência

humana por parte do homem e a solução de todos os conflitos entre a sociedade, o homem e a sua natureza e, “por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano” (MARX, 1978, p. 8).

O caminho da emancipação é o inverso do processo percorrido para a alienação relativamente ao que considerar como riqueza e constituição da propriedade privada. O comunismo é, então, num primeiro momento, a superação da propriedade privada pela generalização positiva da propriedade: “de um lado, o domínio de toda propriedade material é tão grande frente a ele, que ele quer aniquilar tudo o que não é suscetível de ser possuído por todos como propriedade privada; quer abstrair de modo violento o talento, etc.” (MARX, 1978, p. 6). Esse seria o primeiro estágio, a tomada de posse dos meios de produção por parte do Estado, mas já aí desapareceria a exploração do trabalho alienado, porque todos retornariam à condição originária de trabalhadores. Instituir-se-ia a perfeita identificação entre capitalista e trabalhador, e, por conseguinte, o início da emancipação, porque o sujeito “só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência” (MARX, 1978, p. 14).

O comunismo levaria à total reconfiguração das relações sociais, pela “superação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc., ao seu modo de existência humano, isto é, social” (MARX, 1978, p. 9). No texto marxiano fica claro que no comunismo não só a propriedade privada dos meios de produção e dos objetos de consumo se extingue, como também que a força de trabalho de cada indivíduo torna-se propriedade comum da sociedade e que a própria dimensão da vida privada e da interioridade de todas as pessoas desaparece. É por isso que em primeiro lugar a realização do comunismo exige o ateísmo e a dissolução da forma tradicional do matrimônio, uma vez que tanto a religião – no sentido lato de crença numa divindade – como a família são entendidos como instituições artificiais e desumanas inventadas para salvaguardar a ideologia do sistema alienante (cf. MARX, 1978, p. 6-9). Dessa forma, o comunismo é compreendido como:

[...] superação positiva da propriedade privada [...] apropriação da essência humana por e pelo homem [...], a verdadeira solução do conflito entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a solução definitiva do conflito entre essência e existência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero [...] o enigma resolvido da história [...] (MARX *apud* CENCI, 1994, p. 28).

Vê-se aqui como Marx concebe o movimento dialético de produção da história humana, pelo qual, no caso da instauração do comunismo, a radicalização da pobreza e da infâmia da propriedade privada justamente pela sua abolição viria a produzir uma nova sociedade realmente rica a um modo verdadeiramente humano e social (cf. MARX, 1978, p. 8). O comunismo configurar-se-ia como a negação da humanidade que foi artificialmente engendrada pela propriedade privada. Dever-se-iam extirpar as necessidades inventadas pelo capital proxeneta, mas esse seria apenas um estágio para um futuro onde se humanizariam verdadeiramente todos os sentidos do homem emancipado (cf. MANCE, 1994, p. 40-41).

A dialética de negação inerente à sociedade comunista funcionaria como configuração social provisória para o próximo passo de verdadeira evolução humana, no qual não existiria nenhum poder sobre as ações ou ideias dos homens, pois que teriam retornado definitivamente à sua natureza de existência social e de trabalho (cf. MARX, 1978, p. 116).

É notório que, ao menos nessa fase inicial do desenvolvimento da teoria marxiana representada pelos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, não se encontra uma descrição da configuração concreta da sociedade emancipada, mas somente a denúncia do sistema alienante e os indicativos de sua superação pela extinção da propriedade privada. E não é sem motivo, pois Marx muitas vezes fez questão de enfatizar que o papel do filósofo não é produzir a emancipação pela teoria em si mesma, porque só a práxis do homem pode libertá-lo de fato.

CONSIDERAÇÕES PARA UMA REFLEXÃO APLICADA À ATUALIDADE

É evidente que desde a época de Marx até agora o capitalismo mudou muito, se aperfeiçoou e corrigiu algumas fraquezas, inclusive para aquietar a classe trabalhadora dando-lhe algumas pequenas vitórias pelo reconhecimento dos “direitos dos trabalhadores”, o que inegavelmente tem muito valor considerando as condições de vida do proletariado dentro do próprio sistema industrial, mas essas mudanças nem sequer tem relação com uma verdadeira emancipação do trabalhador. Destarte, o diagnóstico do que há de mais elementar no sistema de produção industrial continua válido e pode oferecer vigoroso estímulo à luta contra a desumanização da classe trabalhadora.

Mais exata parece, na sociedade dita globalizada, informatizada e digitalizada, a acusação de Karl Marx quanto à diligência da indústria em criar cada vez mais necessidades artificiais e inumanas para atrair e prender o homem tornando-o humanamente mais pobre à medida em que o faz querer ser mais rico, o que hoje em dia se expressa limpidamente na indústria da comunicação e na neurose de se estar sempre atualizado nas redes sociais e possuir os mais novos lançamentos da tecnologia de comunicação e entretenimento. Fato é que as mais poderosas empresas dos nossos dias atuam nesses ramos e o consumo de seus produtos não para de crescer.

Além disso, o liberalismo aprendeu a utilizar-se melhor do aparato estatal, burlando-o burocraticamente quando necessário, para garantir a possibilidade de competição desenfreada e a concentração cada vez mais estreita da propriedade do capital produtivo. A invenção do capital especulativo e a globalização do sistema financeiro levaram a termos nunca imaginados a abstração monetária dos valores, que faria o dinheiro no tempo de Marx parecer até uma riqueza concreta. Agora sim o dinheiro transformou-se no denominador comum universal, que não conhece mais fronteira alguma. O capitalismo abocanhou não só a força de trabalho de quase a totalidade da população mundial como estendeu seu poder de exploração ilimitada também sobre os bens naturais, talvez irreversivelmente no que se refere à possibilidade das gerações futuras usufruírem deles, de modo a demonstrar empiricamente a tese marxiana de que em estado de alienação o homem é um inimigo da natureza.

Por outro lado, desde que Marx deu a forma teórica da implantação do comunismo, em qualquer época e em qualquer lugar onde se pretendeu efetivá-lo, isso só foi possível à custa de milhares de vidas humanas sacrificadas em guerras civis e conflitos de interesses de domínio. Ainda mais, em lugar algum onde o comunismo pôde se instaurar as relações interpessoais assumiram a plena socialização e liberdade indicadas por Marx como a forma natural da humanidade que a extinção da propriedade privada viria a produzir espontaneamente. Antes, o que se experimentou foi uma outra forma de individualismo nivelado e a manutenção do sistema implantado por meio da força estatal e de seus mecanismos de violência em formas variadas de totalitarismo.

Por último, mas não menos importante, permanece uma questão mais profunda e mais propriamente filosófica quanto à tese fundamental do materialismo: o modo de produção material do homem é de fato produtor e determinante de todas as suas outras

faculdades? Será mesmo que em um sistema alienante todas as formas de expressão e fruição do sentido humano são necessariamente artificiais e desumanizadas? O modo alienado de produção material que se vivencia atualmente estaria realmente na gênese de qualquer outra instituição ideológica e mesmo espiritual conhecida pela humanidade? O trabalho é mesmo, afinal, aquela faculdade prática pela qual o homem produz a si mesmo? Ou será que ele somente tem necessidade de trabalhar e transformar os objetos de suas necessidades materiais por possuir uma dimensão mais primordial que escapa à medida material? São problemas que tocam na própria definição da natureza humana, a qual ainda nenhuma área do conhecimento acha-se pronta a dar uma forma consensual.

Nada obstante, nesta época unanimemente considerada crítica e preparadora de grandes transformações, qualquer proposta de reconstrução da sociedade que pretenda caminhos novos – que não aqueles já batidos da truculência ou da doutrinação fingida – só será achada válida se der conta de seu ponto de partida, de seus meios e de seus objetivos concretamente explicitados. A profunda compreensão alcançada por Marx do sistema capitalista certamente pode ajudar a perceber os seus defeitos endêmicos e seus mecanismos produtores de desumanidade. Ora, um problema só é possível de ser resolvido efetivamente ao atingir-se suas verdadeiras causas.

REFERÊNCIAS

- CAIADO, Helenides Mendonça. **Alienação**: de uma concepção antropológica a uma concepção histórica. Goiânia: Fragmentos de Cultura, v. 8, n. 1, p. 77-93, jan./fev. 1998.
- CENCI, Ângelo Vitorio. A perspectiva dialética marxiana a partir da dialética entre ser e dever ser. Passo Fundo: **Revista Filosófica de Ciências Humanas**, ano 10, n. 1, p. 13-28, abr./jun. 1994.
- HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. Trad. Claudia Berliner, Eduardo Brandão, Ivone Castilho Benedetti Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANCE, Euclides André. Práxis de libertação e subjetividade. Passo Fundo: **Filosofazer**, ano 3, n. 4, p. 33-68, 1994.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. J. Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Práxis Histórica**. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 60-70.